

SindiFolha



ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINJUSPAR - SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA FEDERAL E DO TRE NO PARANÁ

O SINJUSPAR É DE SEUS SINDICALIZADOS, PROTEJA-O!

EDITORIAL

ANO NOVO, PASSIVOS VELHOS

Neste ano de 2009, os passivos da URV estarão debutando, pois completarão 15 anos de existência.

Página 02

A MÍDIA, O MERCADO E A FRAUDE

A leitura dessa reportagem exige espírito forte. O texto relata como o sistema econômico mundial foi incapaz de evitar o crescimento e a implosão da bolha de fraudes e especulações...

Página 02

24 DE JANEIRO - DIA NACIONAL DOS APOSENTADOS Celebrando a "terceira idade"

Mestre,
 agradeço-te pela graça de celebrar a terceira idade.
 Quero viver intensamente este sábio período da vida,
 mantendo a energia de um espírito jovem e transcendente.
 Quantas recordações pairam em meu coração:
 felicidade, lágrimas, desafios, histórias...
 mas sei que a cada amanhecer surgem novos caminhos para
 trilhar.
 Peço-te, senhor, sabedoria para assimilar as inovações
 otimismo para ocupar o tempo com atividades,
 saúde para desfrutar outonos e primaveras.
 Ofereço-te os sonhos realizados ao lado de minha maravilhosa
 família.
 Na esperança de novas realizações, prosseguirei com fé
 para cumprir a grande missão de minha vida.
 Amém.
 (Autor desconhecido)

CONFIRA!

PROJETOS DE LEI SOBRE PORTE DE ARMA PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA TERÃO MOVIMENTAÇÃO EM FEVEREIRO

Os Projetos de Lei que tramitam na Câmara e no Senado sobre o porte de armas para os Oficiais de Justiça tiveram movimentação em ambas as Casas no último mês de 2008.

Página 02

PCS III

Veja como ficaram os vencimentos após a implantação da 6ª e última parcela!

Página 03

COLUNA DA GENTILEZA

*Eu vi muitos homens brigando. Ouvi seus gritos
 Estive no fundo de cada vontade encoberta,
 e a coisa mais certa de todas as coisas
 Não vale um caminho sob o sol.
 É o sol sobre a estrada, é o sol sobre a es-
 trada, é o sol.
 Caetano Veloso*

Página 03

CONVÊNIO:

BANCO ALFA

Página 04

EDITORIAL**ANO NOVO, PASSIVOS VELHOS**

Mais um ano terminou sem que os servidores tivessem recebido a totalidade dos passivos, compreendendo os juros da URV e QUINTOS. Durante o ano de 2008, o Sinjuspar atuou junto aos Tribunais e à Fenajufe e, juntamente com a categoria, efetuou diversas diligências reivindicando o pagamento. Neste ano de 2009, os passivos da URV estarão debutando, pois completarão 15 anos de existência. Está evidente que, ao contrário do que muitas administrações de tribunais afirmam, de que não existem recursos, eles existem sim e são significativos. O difícil é saber quais são as prioridades. O Sinjuspar também estará acompanhando a tramitação de nosso plano de carreira e participará dos eventos de interesse dos sindicalizados. Continuaremos observando a execução do orçamento do TRF/4 e TRE, cobrando o pagamento do remanescente dos juros da URV. Não existem mais obstáculos para os tribunais efetuarem o pagamento dos juros dos 11,98%. Foi uma grande batalha da categoria para conseguir o reconhecimento da dívida e o efetivo pagamento para os servidores, mas precisamos continuar atentos para que esses direitos sejam efetivamente respeitados. Os tribunais têm que acatar a decisão do CNJ. As mobilizações têm que continuar e, de nossa parte, lutaremos inclusive pelo pagamento dos passivos de quintos.

Jair do Nascimento
Coordenador Geral

FILIA-SE AO SINJUSPAR

Via internet
www.sinjuspar.org.br

Via correio
Al. Cabral, 754 / 80410-210

Fax: 41 3324 5035

PROJETOS DE LEI SOBRE PORTE DE ARMA PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA TERÃO MOVIMENTAÇÃO EM FEVEREIRO

Os Projetos de Lei que tramitam na Câmara e no Senado sobre o porte de armas para os Oficiais de Justiça tiveram movimentação em ambas as Casas no último mês de 2008.

Na Câmara dos Deputados, O PL 6.563/2007, que altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, concedendo o porte de armas de fogo aos oficiais de Justiça, aos fiscais do Ibama e Fiscais do Trabalho foi apresentado pelo deputado Alberto Fraga [DEM/DF] em janeiro de 2006.

Em 18 de dezembro, o relator, deputado José Genoíno [PT/SP] apresentou parecer pela rejeição do Projeto e da Emenda apresentada na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado onde a matéria está sendo apreciada.

Assim que a Câmara retornar as atividades em fevereiro o relatório irá para votação da Comissão. Caso o parecer seja aprovado, será aberto prazo de cinco sessões para apresentação de recurso. Se não for apresentado recurso a proposição será arquivada.

Já no Senado, o PLC 30/2007 altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. [Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo]. Depois de ser aprovada na Câmara dos Depu-

tados, a matéria chegou ao Senado em 30 de março de 2007 e sua tramitação seria pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Relações Exterior e Defesa Nacional.

Na CCJC foi designado como relator o senador Romeu Tuma [PTB/SP] que em maio de 2005 apresentou voto pela aprovação do Projeto.

Em outubro de 2007, foi aprovado o Requerimento nº 855, do senador César Borges, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 212, de 2005; 64, 67, 199, 239 e 342, de 2006, e Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, por versarem sobre matérias análogas ou conexas, referente a alterações na Lei nº 10.826.

No último dia 3 de dezembro, o senador Romeu Tuma, relator do PLC 30/2008 na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional apresentou minuta de parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado que tramitam em conjunto.

Para atrasar ainda mais esta matéria de grande importância para os Oficiais de Justiça, foi aprovado outro requerimento de autoria do senador Sergio Zambiasi [PTB/RS] para que os

PLCs nºs 107 e 30, de 2007, e 25/2008; e os PLSs nºs 1, 117, 153, de 2003; 65, 173 e 287, de 2007; 212, de 2005; 64, 67, 199, 239 e 342, de 2006, passem a tramitar em conjunto e sejam examinados pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Assuntos Sociais; de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Assessoria Parlamentar irá se reunir com o senador Zambiasi logo no início dos trabalhos do Senado em fevereiro para saber qual foi o motivo para apresentação deste novo requerimento logo após a apresentação do parecer favorável.

Fonte: Sindiquinze

A MÍDIA, O MERCADO E A FRAUDE

Três meses depois da eclosão da crise financeira internacional, o Estado de S.Paulo publicou, no domingo (11/1), o primeiro texto que vai exatamente ao ponto central do tema. Em duas páginas, o artigo traduzido do New York Times traz como título, dividido em dois: "O fim do mundo financeiro que conhecemos... e como consertar um mundo quebrado".

A leitura dessa reportagem exige espírito forte. O texto relata como o sistema econômico mundial foi incapaz de evitar o crescimento e a implosão da bolha de fraudes e especulações que conduziram as economias do

SindiFolha

todo o mundo à beira da catástrofe.

O trabalho, de autoria dos jornalistas Michael Lewis e David Einhorn, revela que um executivo financeiro de Boston, Harry Markopolos, passou nove anos tentando alertar as autoridades da Securities and Exchange Commission, a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos, sobre os riscos da pirâmide financeira construída por Bernard Madoff, ex-presidente da bolsa Nasdaq.

O que se conclui do relato é que as autoridades encarregadas de fiscalizar o mercado e proteger os investidores mantiveram os olhos fechados ou simplesmente passaram a defender os predadores.

Nenhuma atenção

As revelações são assustadoras, no sentido em que fazem a radiografia de um sistema absolutamente caótico, que em algum momento perdeu o sentido e passou a atuar contra os interesses de longo prazo do próprio mercado.

Os altos proventos pagos aos executivos dos bancos e corretoras passaram a ser o objetivo perseguido por todo o sistema, em detrimento da economia real. O que se deve perguntar, neste posto de observação, é: qual foi a contribuição da imprensa para que o processo de degeneração do sistema chegasse ao ponto de ruptura?

Não é preciso um grande esforço de pesquisa para constatar que a imprensa passou a última década registrando recordes

e recordes de lucros e incensando os deuses do mercado, fugindo do debate sobre a necessidade de controles externos sobre os fluxos de capital.

Visto de hoje, o sistema parece tão frágil que surpreende o fato de ninguém ter dado importância aos estudos de Harry Markopolos. Seu relatório de 2005, citado na reportagem do New York Times reproduzida pelo Estadão, revela que o sistema foi tomado pelos especuladores.

Aquilo que a imprensa chama de mercado financeiro é uma imensa fraude.

Fonte: Artigo - Por Luciano Martins Costa, no OI

PCS III

Veja como ficaram os vencimentos após a implantação da 6ª e última parcela!

No mês de dezembro de 2008, foi implantada a 6ª e última parcela do Plano de Carreira. O aumento médio na Carreira Efetiva, considerando o Vencimento Básico mais a GAJ foi de 8,58%. Desde a primeira parcela acumulou-se um aumento médio de 58,22%.

As Funções Comissionadas e os Cargos em Comissão tiveram aumentos bem diferenciados.

As CJ de 1 a 4 Opção pela Carreira Efetiva, tiveram aumento médio de 16,45%, e a Opção pela Retribuição da CJ, aumento médio de 7,14%. Respectivamente os aumentos acumulados até a 6ª parcela, foram de 149,88% e 50,00%. As FC de 1 a 6, Opção pela Carreira Efetiva tiveram médias de 7,67%, acumulado de 56,01% e com Opção pela Retribuição da FC, não tiveram aumento, nesta e nas outras parcelas do PCS.

Como já explicado anteriormente, para as parcelas dos quintos incorporados - VPNI não houve previsão de aumento também

JANEIRO - 2009

na 6ª. parcela.

A GAE - Gratificação de Atividade Externa, paga aos oficiais de justiça teve média de 32,55%. Porém o valor da GAE ainda é menor do que as FC 5 para até o padrão 12 da carreira e para o padrão 8 para que os recebam a FC 4. Caso seja extinta a possibilidade de opção pela GAE ou pela FC, os servidores Oficiais de Justiça a partir dos padrões acima terão prejuízos em sua remuneração.

A GAS - Gratificação de Atividade de Segurança teve elevação média de 32,90%, neste caso considerando só os técnicos judiciais. Também na tabela específica, há a comparação entre o valor da Gratificação e FC 2 que era paga anteriormente a grande parte dos servidores que tem direito a recebê-la.

Nos padrões de 1 a 8, a FC 2 continua maior que o valor da GAS na 6ª parcela. Apenas para os padrões de 9 a 15 é que a GAS foi maior que a FC 2.

O Adicional de Qualificação teve o maior valor para os servidores Analistas com Doutorado no Padrão C 15, de R\$ 869,68. Para os Técnicos com doutorado o maior valor foi R\$ 530,06, também no Padrão C 15. O aumento médio foi de 5,69% em todos os casos entre a 5ª e 6ª parcelas. Não houve aumento para a VPI de R\$ 59,87.

Os Anuênios ou ATS - Adicional por Tempo de Serviço, ou ainda GTS - Gratificação por Tempo de Serviço, para os servidores que conseguiram assegurar esse direito, tiveram uma elevação média também de 5,69%, na sexta parcela. O aumento médio acumulado até o momento é de 37,13%.

Assim, se o PCS III assegurou uma melhoria expressiva na remuneração, por outro lado, a elevação da inflação, está trazendo grandes prejuízos aos servidores, já que os aumentos salariais são obtidos unicamente pelos Planos de Cargos e Salários.

Dessa forma, a luta pela re-

Página 03

visão geral da remuneração, e por um Plano de Carreira, é fundamental para garantir o poder aquisitivo dos servidores do judiciário federal.

Adaptação de texto do Economista Washington Luiz Moura Lima

COLUNA DA GENTILEZA

INTOLERÂNCIA E PRECONCEITO

Eu vi muitos homens brigando. Ouvi seus gritos

Estive no fundo de cada vontade encoberta,

e a coisa mais certa de todas as coisas

Não vale um caminho sob o sol.

É o sol sobre a estrada, é o sol sobre a estrada, é o sol.

Caetano Veloso

Sondar os difíceis caminhos humanos para compreender a exata percepção da sua incapacidade de assimilar a inevitabilidade das diferenças, assim como sua relutância em tolerá-las, diz de perto com a formatação de inúmeros conceitos pré-concebidos, no mais das vezes fruto da ignorância cega, potencializada por diversos universos institucionais pródigos em bitolar pessoas, adentrando profundamente seu psiquismo e gerando novos repetidores de idéias mancas.

Seria desnecessário aludir aos incontáveis espectros de intolerância gestados nas experiências coletivas, a ponto de fazer parecer que inçar o tema seja algo assaz recorrente. No entanto, a permanência dos preconceitos no tempo presente, a ocorrência de tantos desajustes sociais ainda no século XXI, por conta da insuportabilidade em aceitar o diferente justifica, sim, sempre e mais, referências sobre o assunto.

A ira guardada no coração dos homens principia no fundo antropológico, sem dúvida. Herdeiro

ancestral da era das cavernas, seu passado grosseiro de hábitos animais resiste em sua nova roupagem física, habitando seu interior como a revalidação da experiência aguda do homem velho, que nele insiste em permanecer.

No entanto, as sucessivas barbáries promovidas pelo homem no decorrer da história apontam para a somatização do elemento cultural como componente integrante dessa mazela moral, insculpida na sua longa jornada que atravessa os tempos, para bater fundo na triste constatação de que a sua herança primitiva não sofreu a necessária oposição rumo ao aprimoramento; antes, soergueu-se efusivamente, alimentou-se, cresceu de forma ilimitadamente expansiva.

Cada novo mote agregado à sua condição foi lhe dando diferentes maneiras de se referir ao seme-

lhante - não alinhado aos seus conceitos e estilo de vida - como um inimigo da sociedade, o qual deve ser aliado da sua convivência pelo confinamento, quando não eliminado simplesmente, guardando a síntese da legitimação do assassinio, nesses casos em que pensar e agir de outro jeito, que não o considerado "normal", justifica o cometimento de violações sérias aos direitos fundamentais.

Sequer perquirir o tempo pretérito seria mister. Avultam colisões brutais nos ajuntamentos humanos hoje em dia mesmo, por questões atinentes a entendimentos diferentes sobre questões que, uma vez dirimida a intransigência em face de opiniões dessemelhantes, seriam sobejamente superáveis. Por quê então perseverar no belicismo prosélito e achacar o não igual como um objeto de demolição?

Essa é a indagação maior da encruzilhada humana. Odiar o ou-

tro porque ele possui uma posição política distinta, porque ele aceita em seu coração uma doutrina filosófica ou religiosa que não a sua, detém orientação afetivo-sexual diversa da maioria (que pode se tornar maioria), uma outra cor de pele, ou por pertencer a outra raça, agremiação esportiva, classe social, tipo de trabalho, forma de se vestir, de cortar os cabelos, enfim, consiste numa prática bizarra inaceitável, sobremaneira incompatível com os mais elementares princípios democráticos de convivência social.

Ejecta-se fundamental começar a combater os grupos elitistas que chafurdam no lodo do preconceito. Eles estão acabando com a possibilidade da experiência da paz, da fraternidade, da dignidade conglobante para todos os homens e mulheres. **Passa da hora de edificar uma vivência humanista, despida dos ópios flagrantes do atraso, da selvageria,**

do barbarismo, da hostilidade obsoleta e retrógrada, do anti-cientificismo irracional e perigoso, da praga incendiária da vilanização do conhecimento.

O homem chegou ao ponto em que precisa desesperadamente tomar uma decisão: permanecer na rudimentariedade mítica ou elevar-se rumo a uma nova era de amor. Caso decida-se pela segunda opção (enquanto pode optar), precisará abraçar um novo momento de **esclarecimento e ilustração**, despojar-se da sua faceta provinciana e segregacionista, e fazer acontecer a ferramenta evolutiva da razão e da ciência, **sedimentada sobretudo no amor real, aquele que não pode prescindir da busca permanente de uma melhor condição de vida para todos, com dignidade, paz, conforto, alegria, solidariedade, harmonia e união.**

MÁRCIO AURÉLIO LANDOSKI
Seção de Telecomunicações

BANCO ALFA

ATENÇÃO SERVIDORES JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ

Não faça seu empréstimo antes de nos consultar!

TEMOS A MELHORES CONDIÇÕES !

Refinanciamos suas dívidas e compramos dívidas de outros bancos com condições especiais

ENTRE EM CONTATO CONOSCO:

Edvaldo Maciel de França
edvaldofranca@hotmail.com

Av. Higienópolis, 565 Centro - Londrina /PR
Fone: (43) 3024-4155 / (43) 9156-3390

SindiFolha

Veículo de divulgação do SINJUSPAR (Sindicato dos Servidores da Justiça Federal e do TRE no Paraná)

Expediente:

Coordenação Executiva

Coordenador Geral

Jair Aparecido do Nascimento

Assuntos Políticos

Luiz Augusto Gabardo

Jurídico

Francisco de Assis Conceição

Pedro Manoel Neto

Finanças e Patrimônio

Luiz Carlos de Lima

Fábio Antônio de Oliveira

Promoção Social e Formação Sindical

Luiz Diego de C. Guitierrez

Mauro de Souza

Comunicação e Imprensa

Kátia Figueiredo

Gerência Administrativa

Zaíra Kukla

Coordenação Regional Cascavel

Domingos Manoel C. da Silva

Maringá

Ricardo Sakai

Campo Mourão

Alexandre Félix

Paranaguá

Jonas Tomas Ruppert

Londrina

Paulo Cesar Silva dos Santos

Presidente do Conselho Fiscal

Solange Teixeira

Membros do Conselho Fiscal

Elcio Berer Kozminski

Antônio Ferradas Muinos

SINJUSPAR

Al. Cabral, 754 Mercês

Curitiba - Paraná

Fone: (41) 3324-5035

FAX: (41) 3233-6731

E-mail: sinjuspar@terra.com.br

www.sinjuspar.org.br